

I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial

Realização: FCRB · UFF/PPGCOM · UFF/LIHED

8 a 11 de novembro de 2004 · Casa de Rui Barbosa — Rio de Janeiro — Brasil

O texto apresentado no Seminário e aqui disponibilizado tem os direitos reservados. Seu uso está regido pela legislação de direitos autorais vigente no Brasil. Não pode ser reproduzido sem prévia autorização do autor.

Memória, Nação e Escolarização: A Apologia à Memória Nacional em “Poesias Infantis”(1904) de Olavo Bilac

Andréa Cordeiro*

Universidade Federal do Paraná

Resumo :

Este artigo propõe uma análise do empenho republicano no início do século XX, pelo estabelecimento de uma memória nacional, via escolarização, a partir da leitura da obra **Poesias Infantis** (1904) de Olavo Bilac. Tal análise buscará entender o papel do livro **Poesias Infantis** como “lugar de memória”, capaz de adensar e localizar a memória sobre o passado da escolarização no Brasil; e também examinará algumas idéias sobre a memória expressas por Olavo Bilac nas próprias poesias infantis, no intento de gerar um vínculo entre a criança da primeira república e o passado histórico do país, solidificando, desta forma, a identidade nacional.

Palavras-chave: Primeira República; Olavo Bilac; lugar de memória; poesia infantil; escolarização.

A recente ampliação na quantidade e qualidade de estudos históricos que partem da escola como referência e fonte, perscrutando detalhes que compuseram a prática escolar, propiciou aos historiadores da educação a opção de eleger os mais diferentes enfoques e objetos. Dentre deste quase ilimitado universo, figura como centro de meu interesse pessoal a obra *Poesias Infantis* (1904) de Olavo Bilac, premiado em 1904 pelo Conselho Superior da Instrução Pública Municipal do Rio de Janeiro e reeditado sucessivas vezes até o ano de 1961.

Creio na validade da opção em analisar esta obra, produzida para uso escolar por Bilac, por entendê-la como partícipe do processo de escolarização na primeira república, como parcela da memória sobre a escola republicana brasileira, e talvez, como lugar de memória (entendido aqui na concepção de Pierre Nora como elo estabelecido com o passado através de expressões simbólicas).

* Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná, bolsista CAPES. cordeiroandrea@yahoo.com.br

Além de Pierre Nora serão chamados a contribuir com as reflexões teóricas deste trabalho textos de Maurice Halbwachs com o debate acerca da memória e identidade, Maria Cecília Cortez Cristiano de Souza no enfoque mais específico sobre escola e memória e Edgar de Decca em sua análise da relação entre memória e cidadania.

Com base nestas contribuições teóricas entendemos que a arquitetura, os objetos e materiais escolares, como coisas inanimadas e sólidas podem, através do tempo, permanecer pouco alterados na forma, mas tornam-se elementos dinâmicos e vivos quando abordados como referentes de lembranças do que já não existe. Transformam-se e se revelam quando questionados pelo historiador, repletos de novos sentidos, abdicando de seu silêncio posto terem sido convidados a falar a partir do desejo de lembrar, como bem afirma SOUZA , 2000, p. 23:

:
“...a memória, quer esteja depositada nas outras pessoas, nas bibliotecas, no vídeo, nos computadores ou nas redes de informática, torna-se letra morta quando inexistente desejo, conhecimento e formas de evocar suas informações, isto é, quando não existem mediadores capazes de invocar, na cena da sala de aula, a existência e significado desse patrimônio cultural.”

É, pois, nossa intenção, lançar sobre “Poesias Infantis” um olhar investigativo que considere seu papel de patrimônio cultural, bastante significativo para o ampliar dos conhecimentos sobre a dinâmica educacional brasileira.

Cabe ressaltar que embora o livro “Poesias Infantis” tenha sido publicado pela última vez no início dos anos de 1960, alguns de seus poemas foram publicados por anos a fio em antologias escolares, em livros didáticos das mais diferentes disciplinas e usados pela escola como ornato perfeito às datas cívicas sob a forma de jograis, cartazes e outras tantas práticas e rituais que compuseram a educação de inúmeros brasileiros que como eu decoravam a cada Sete de Setembro o “Ama com fé e orgulho a terra em que nasceste...”

Mais do que as mudanças, certas permanências de atitudes através do tempo são instigadoras e repletas de significados. A longevidade dos poemas infantis de Bilac, que atravessaram mudanças de gerações e de regimes políticos, mantendo-se invictos como leitura recomendável na escola primária nos parece legitimar ainda mais seu papel como importante lugar de memória da nossa história educacional.

Memória, Nação e Escola em Olavo Bilac

Poesias Infantis, alcançou lugar na história da literatura infantil brasileira por ter sido a primeira obra de poesia infantil de relativo sucesso editorial, e é destas leituras as quais anacronicamente os educadores contemporâneos tendem a rotular como nocivas por terem cumprido papel de manuais de conduta e valores ideológicos das elites dominantes, de maneira conspiratória, opressiva, moralizante e bitoladora.

Este tipo de análise está vinculado a uma particular disposição dos educadores em reconhecer nas práticas pedagógicas do passado o superado, o cômico e o autoritário (SOUZA, p. 23-40), tendência um tanto destrutiva que há muito se pratica no campo educacional brasileiro, baseada na negação ou transfiguração do passado em nome do que é considerado avançado e inédito em educação.

Ser reconhecido como vanguarda no campo educacional tem sido objetivo compartilhado por grande parte das instituições de ensino e dos profissionais em educação que, neste afã, acabam por estabelecer uma curiosa relação entre educação e o tempo histórico, pois em busca da ambição um tanto volátil de estar à frente de seu tempo, estabelecendo relação direta com o futuro, refutam as práticas e idéias educacionais do passado que passam a ser identificadas diretamente à estagnação.

Na tentativa de não ceder a esta tendência (que em muitos momentos é reconfortante por fazer crer que o mal ficou no passado e a evolução contínua da humanidade, e consequentemente da educação, estaria nos conduzindo a dias cada vez melhores), mas sem a intenção de enaltecer demasiado Olavo Bilac e sua já referida obra, proponho pensarmos um pouco no conteúdo de alguns poemas, relacionando-os com as condições políticas, ideológicas e de produção que circundavam o autor naquele momento.

A obra foi produzida com destinatário específico: alunos da escola primária. Claros e diretos eram também seus objetivos, como esclarece o autor no prefácio à primeira edição de *Poesias Infantis*:

É um livro em que não há os animais que falam, nem as fadas que protegem ou perseguem criança, nem as feiticeiras que entram pelos buracos das fechaduras; há aqui descrições da natureza, cenas de família, hinos ao trabalho, à fé, ao dever, alusões ligeiras à história da pátria, pequenos contos em que a bondade é louvada e premiada.

(...) O que o autor deseja é que se reconheça neste pequeno volume, não o trabalho de um artista, mas a boa vontade com que um brasileiro quis contribuir para a educação moral das crianças de seu país

Diante de tão explícitas intenções pouco sobra à nossa imaginação de pesquisador: o livro foi criado para contribuir, sim, com a solidificação do paradigma de educação do homem

novo, no qual a imagem da escola está colada à própria idéia de modernidade, assumindo importante papel como agente civilizatório, como via de disciplinarização e instrução das camadas populares.

É importante que lembremos que no início do século XX todo um discurso sobre as grandes conquistas, o progresso humano e desenvolvimento virtuoso das nações era atrelado ao discurso pela escolarização obrigatória dos meninos e meninas de todo o mundo. Dentre as diversas metas liberais, científicas e positivistas, tão presentes nesses discursos educativos modernos, as práticas, por vezes ritualizadas, da leitura em sala de aula, juntamente com outros dispositivos reguladores da disciplina escolar, eram parcela importante e materializavam parte do projeto ideológico modernizante burguês.

Posicionar-se com respeito quase religioso ao portar um livro e lê-lo para a classe, impostar a voz, manter-se ereto, são condutas associadas ao aparato gestual e mental instituído pela escolarização cuja importância manteve-se por muito tempo. Tal ritualização do livro e das atitudes correlatas a ele denunciam o caráter de superioridade construído acerca das práticas ditas cultas em relação às atitudes cotidianas das camadas populares, apartadas forçosamente dos programas escolares como o afirmam VARELA e ALVAREZ-URIA (1992, p.92):

O isolamento apresenta também formas diferenciadas no caso da escola primária, já que, para as crianças populares, esta instituição não tem praticamente nenhuma conexão com seu contexto familiar e social. (...)Nela se verão submetidos a toda uma ginástica contínua que lhes é estranha: saudar com deferência o professor, sentar-se corretamente, permanecer em silêncio e imóveis, falar baixo e depois de havê-lo solicitado, levantar-se e sair ordenadamente...Física corporal e moral que deixa a descoberto as funções que a escola cumpre enquanto arma de gestão política das classes populares. O espaço escolar, rigidamente ordenado e regulamentado, tratará de inculcar-lhes que tempo é ouro e o trabalho disciplina e que para serem homens e mulheres de princípios e proveito, tem de renunciar a seus hábitos de classe e, no melhor dos casos, envergonharem-se de pertencer a ela.”

Esta renúncia a seus hábitos de classe implicaria também, e talvez principalmente, numa renúncia da própria memória viva, coletiva, afetiva e espontânea destas crianças, que deveriam substituí-la pela memória histórica de uma nação sacralizada e idealizada, com heróico passado e promissor futuro. Aplica-se a este raciocínio, guardadas as particularidades, o que diz Pierre Nora a respeito do movimento de hiper-valorização da história da nação francesa ocorrido em meados do século dezenove na França: “História, memória, nação mantiveram então, mais do que uma circulação natural: uma circularidade complementar, uma simbiose em todos os níveis, científico e pedagógico, teórico e prático. A definição nacional do presente chamava imperiosamente sua justificativa pela iluminação do passado.” (NORA, 1981, p.11)

Tal necessidade premente de “iluminação do passado”, materializa um dos paradoxos criados pela modernidade: enquanto impõe crescente aceleração no ritmo de vida e trabalho, individualizando cada vez mais as pessoas, enfraquecendo os laços comunitários entre os pares e assim esvanecendo as memórias coletivas (entendidas aqui como vivências, experiências, embebidas pelo afeto e até pela fantasia), gera a necessidade de criação de um vínculo externo, e eu diria até artificial, com o passado, convertendo a memória coletiva em memória histórica, e utilizando para isso de suportes externos, como lugares de memória.

Absolutamente sintonizado com seu tempo, Bilac fez de seus poemas infantis o suporte onde diferentes idéias formativas se manifestariam e a concepção de memória, como história da nação, também será pelos poemas contemplada, seja através do explícito elogio aos heróis, símbolos e à pátria ou de episódios em que personagens comuns, homens e mulheres, rememoram seu passado de trabalho e sacrifício, de serviço à pátria e ao lar.

Edgar de Decca se refere aos lugares de memória como uma resposta à necessidade gerada pela “destruição das bases da memória coletiva espontânea” e atenta para um certo grau de “constrangimento individual” imposto por esta nova percepção do passado (DE DECCA, 1992, p.132).

Em *Poesias Infantis* podemos perceber um exemplo da ação deste constrangimento (que redundaria na desvalorização de determinadas memórias de vida, a serem substituídas por uma memória histórica) em poemas como *O Avô* :

Este, que desde a sua mocidade,
Penou, suou, sofreu, cavando a terra,
Foi robusto e valente, e, em outra idade,
Servindo a Pátria, conheceu a guerra.

Combateu, viu a morte, e foi ferido;
E, abandonando a carabina e a espada,
Veio, depois do seu dever cumprido,
Tratar das terras e empunhar a enxada.

Hoje, a custo somente move os passos...
Tem os cabelos brancos; não tem dentes...
Porém remoça, quando tem nos braços
Os dois netos queridos e inocentes

(...)

E fica alegre quando vê que os netos,
Ouvindo-o, e vendo-o, e lhe invejando a sorte,
Batem palmas, extáticos e inquietos,
Amando a Pátria sem temer a morte!

Embora pareça tratar do passado individual de um homem podemos concluir se tratar do passado idealizado e padronizado do modelo perfeito de homem republicano, onde não há lugar para as reminiscências mais pessoais do personagem, tais como seu relacionamento com a comunidade, seus amores, sua família. São pontuadas em seu passado apenas as ações ligadas à solidificação da nação, seja defendendo-a na guerra ou enriquecendo-a através de seu trabalho.

Os poemas *A Avó* e *A Velhice* também tratam de episódios em que idosos, alquebrados e melancólicos relembram seu passado, porém por retratarem personagens femininas podemos perceber um enfoque um pouco diferente no tratamento da memória: em ambos nos depararemos com senhoras já quase senis, cansadas e doentias. De seu passado saberemos menos do que o que foi revelado em *O avô*; é dito apenas que enfrentaram desgostos sem maiores detalhes sobre quais seriam.

Marisa Lajolo, ao analisar a presença do feminino nas poesias infantis de Bilac, destaca o fato de que ao avô corresponderá o universo do *fazer* enquanto que à avó um universo do *dizer* (LAJOLO, 1982, p.102). Não adentraremos às discussões de gênero nesse trabalho mas autores como Maria Cecília Cortez Cristiano de Souza discutiram a dificuldade em se localizar registro de memórias (diários ou autobiografias) de mulheres no Brasil do século dezoito e dezenove, relacionando tal dificuldade ao pequeno espaço social cedido à mulher e suas lembranças. O poema *A Avó* parece retratar esta realidade:

A avó, que tem oitenta anos,
Está tão fraca e velhinha!...
Teve tantos desenganos!
Ficou branquinha, branquinha,
Com os desgostos humanos.
(...)

Os dois versos iniciais serão dedicados à descrição da decrepitude dessa mulher (cujo passado parece ter sido bem menos interessante que o do vovô do poema anteriormente mencionado) que no entanto remoçará nos versos finais através da presença dos netos, a quem contará histórias de fadas:

(...)
Fica mais moça, e palpita,
E recupera a memória,
Quando um dos netinhos grita:
“Ó vovó! conte uma história!
Conte uma história bonita!”
(...)

Bilac já alertara seus leitores no prefácio quanto à ausência de fadas e bruxas em seu livro, pois tinha como um de seus objetivos justamente combater a visão mágica e folclórica do mundo tão comum às crianças e às histórias transmitidas pela tradição oral. Entretanto, apenas nesse poema, entre todos os outros do livro, concederá licença *a avó* para que conte tais histórias. Seria então através da licença ao mítico que se estabelecerá o vínculo dessa avó com seus netos, posto seu passado vivido parecer tão desinteressante e pouco frutífero para a formação das crianças? Talvez assim o seja, mas essa é apenas uma das possíveis interpretações suscitadas pelo poema, longe da pretensão de ser conclusiva.

O que chama a atenção nestes três poemas, além da apologia ao trabalho e ao cumprimento de deveres patrióticos, é certa atmosfera de tristeza nas descrições da decadência física e emocional dos personagens, tristeza esta que acaba sendo dissipada no final de todos os poemas pela presença de uma criança (um neto, ou netos) representando a esperança e a certeza de continuidade da vida, como vemos por exemplo em *A Velhice*:

A Avó: Meu neto, que és meu encanto,
Tu acabas de nascer...
E eu, tenho vivido tanto
Que estou farta de viver!

Os anos, que vão passando,
Vão nos matando sem dó:
Só tu consegues, falando,
Dar-me alegria, tu só!

O teu sorriso, criança,
Cai sobre os martírios meus,
Como um clarão de esperança,
Como uma benção de Deus!

Esta preocupação em encarnar o futuro na figura de uma criança parece estar em concordância com a idéia positivista moderna de progresso e evolução, bem como com a visão orgânica de sociedade trazida pelas teorias científicas tão em voga naquele momento. Apela também para a necessidade das gerações em estabelecerem vínculos com o passado de forma a balizar melhor as estruturas de seu futuro.

Mas não apenas pela via da família se intentaria estabelecer o laço afetivo das novas gerações com o passado do país. Analogamente, será cultivado em muitos poemas de maneira bastante emotiva o elogio à pátria como mãe e lar, bem como a apologia aos símbolos e heróis pátrios, como explícito nesse verso de *Os Meses*: “...*E percorramos a história/ Honrando e*

Essa abordagem estará presente nos conhecidíssimos poemas *A Pátria* (que inicia com o contundente recado: “ — *Ama, com fé e orgulho a terra em que nasceste!*”) e no *Hino à Bandeira Nacional*, e nos menos conhecidos, mas não menos interessantes *A Casa* e *Os Meses*.

Em *A Casa*, que na organização do livro aparece na página imediatamente seguinte ao poema *A Pátria*, é notória a analogia entre pátria e lar, como vemos neste pequeno trecho:

Ama esta casa! Pede a Deus que a guarde,
Pede a Deus que a proteja eternamente!
Porque talvez, em lágrimas mais tarde,
Te vejas triste, desta casa ausente...

E, já homem, já velho e fatigado,
Te lembrarás da casa que perdeste,
E hás-de-chorar, lembrando teu passado...
— Ama, criança a casa em que nasceste!

O recurso de finalizar o poema com uma frase destacada pelo travessão, muito similar à que inicia o poema *A Pátria*, reforça ainda mais a sensação de analogia e o apelo emotivo de ambos os poemas, que buscam estabelecer entre o leitor e o passado do país uma identidade parental.

Os Meses é especialmente interessante, pois foi escrito com indicações para ser apresentado sob a forma de canto e dança para representações em eventos escolares. Haveria uma criança representando cada mês, de janeiro a dezembro, e um coro com os demais alunos intermediando as entradas consecutivas dos meses. Cada mês faz referência a eventos do calendário escolar e comunitário (festas religiosas, mudanças de estação, datas cívicas). O apelo à memória nacional está presente não apenas no conteúdo explícito de *Os Meses* mas também no caráter comemorativo e ritualístico dado às festas escolares, momento de solenidade onde se expunha parcelas do que se produzia na escola, reforçando na lembrança da comunidade datas que não seriam espontaneamente lembradas por não constituírem parte do repertório festivo popular, como o Dia de Tiradentes: *amando a memória/ Dos justos e dos heróis!//*".

Abril
(...)
Foi neste mês, que um dia,
O ódio da tirania
Um mártir consagrou.
Saudai o Tiradentes.
E os sonhos resplendentes
Que o seu Ideal sonhou !

...— Vós, decorai-lhe a história,
Honrado-lhe a memória !
Saudai o Sonhador !

Abolição da Escravatura:

Maio
(...)
Treze de maio ! A desgraça
Findou de todo uma raça !
— Aos beijos dando-se as mãos
Os brasileiros se uniram,
E o cativoiro aboliram,
Ficando todos irmãos

Semana da Pátria:

Setembro
(...)
Sou o jovial setembro !
E aos brasileiros lembro
A data sem rival,
Em que o Brasil potente,
Ficou independente
Do velho Portugal

Proclamação da República:

Novembro
(...)
Visitemos os finados,
Aqueles, que, descansados,
Dormem o sono final !
Mas, logo depois cantemos !
E com hinos celebremos
Nossa data nacional!

É precisamente neste sentido que podemos tomar a seguinte afirmação: “Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas” (Nora, p.14).

Sem dúvida as crianças constituíram o grande alvo dos idealizadores da república brasileira, por representarem o futuro moldável da nação, e por isso grande parte dos esforços pelo estabelecimento da identidade nacional, via memória histórica, seria voltado para a produção de estratégias que as atingissem, através da escola. Mas não apenas aos alunos estaria colocada a necessidade de renúncia aos seus hábitos e à sua memória em prol da

solidificação e unidade do Brasil republicano: os professores também deveriam assumir uma postura que transcendesse as perspectivas de classe social, gênero, inclinação política, para, ao menos durante o exercício da profissão, incorporarem uma identidade profissional mais linear.

Halbwachs afirma que desde o momento que um grupo de pessoas partilhasse sob algum aspecto de idéias, cotidiano e princípios poderiam estabelecer uma identidade e comungar inclusive de um passado em comum (Halbwachs, 1990. p.28). Mas além desta identidade que se estabeleceria sem maiores pressões pela simples convergência de interesses comuns de um grupo, fica a impressão que a opinião de Olavo Bilac no caso específico da formação do professorado no início da república é muito mais radical, convocando os professores a se transformarem na própria essência da pátria, abdicando de suas particularidades, opiniões e memórias, como o disse no discurso proferido aos alunos da Escola Normal de São Paulo em 22 de março de 1917:

Quando um verdadeiro professor primário sente a completa e clara responsabilidade do seu cargo, a sua alma é invadida de uma anagogia exática, como o arrebatamento de espírito, que, nos primeiros tempos de vida monástica, transfiguravam o asceta. Na sua cadeira de educador, o mestre recebe a visita de um deus: é a Pátria, se instalando no seu espírito.

O professor quando professa, já não é um homem; sua individualidade anula-se: ele é a Pátria, visível e palpável, raciocinando no seu cérebro e falando pela sua boca. A palavra que ele dá ao discípulo é como a hóstia, que, no templo o sacerdote dá ao comungante. É a eucaristia cívica. Na lição, há a transubstanciação do corpo, do sangue, da alma de toda a nacionalidade. Este é o mais belo dever, e o mais nobre sacrifício do professor: a abdicação de si mesmo. (...)

Diz-lhe a Pátria quando lhe dá a honra do sacerdócio:

És o representante direto da minha força e da minha necessidade. Aqui dentro desapareces: sou eu quem em tí aparece e se afirma (...). Aqui dentro não tens opinião tua, nem interesse teu, nem religião tua: aqui tens apenas a minha opinião sagrada, o meu interesse vital, a minha religião indiscutível. Lá fora, no teu lar e na rua, na tua vida doméstica e na tua vida política, podes ter o teu arbítrio, o teu credo, o teu partido; mas, quando aqui entras, quando passas o umbral deste templo, és apenas um instrumento passivo da minha ação. (...) Entrego-te minha vida: é preciso que a fixes em imortalidade!

A força da terminologia litúrgica empregada nesse discurso nos leva mais uma vez a Pierre Nora: “História santa porque nação santa. É pela nação que nossa memória se manteve no sagrado” (NORA,p11).

Uma vez desfeitos os laços com a volátil e as vezes mítica memória coletiva, mantém-se a ritualização do passado pelo viés da memória histórica. Nora continua esta discussão chamando a atenção para a responsabilidade da escola e dos livros escolares na fortificação de tal mitificação e do vínculo entre história, memória e nação em que ela resultaria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BILAC, Olavo. Poesias Infantis. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

DE DECCA, Edgar Salvadori. Memória e Cidadania. In: São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória:** patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: 1992

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

LAJOLO, Marisa. **Usos e abusos da literatura na escola:** Bilac e a literatura escolar na República Velha. Rio de Janeiro: Globo, 1982.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. In: **Projeto História:** História e cultura. São Paulo: PUC, 1981.

SOUZA, Maria Cecília C. C. de. **Escola e Memória,** Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

VARELA, Julia e ALVAREZ-URIA. A maquinaria escolar. **Revista Teoria e Educação,** numero 6, 1992.